

OS ESTUDOS DA MULHER NO BRASIL OU A ESTRATÉGIA DA CORDA BAMBA

Os estudos da mulher gozam hoje no Brasil de uma inquestionável reputação de qualidade e dinamismo. Nos últimos vinte anos, o panorama das ciências sociais alterou-se drasticamente para responder à interpelação do movimento feminista, deixando de ser uma paisagem desoladora e passando a incorporar a temática da desigualdade social entre os sexos. Existe hoje no Brasil uma florescente área de estudos da mulher de vocação interdisciplinar.

Essa visão otimista justifica-se em razão do longo caminho percorrido, durante o qual uma questão foi retirada do limbo em que se encontrava no início dos anos 70 e, contra todos os obstáculos, ganhou visibilidade e força, tornando possível um questionamento dos paradigmas das ciências sociais. As relações sociais entre os sexos constituíram uma das temáticas com maior poder de atração e impacto no mundo acadêmico brasileiro durante a década de 80.

À expansão e sofisticação crescentes da pesquisa nesta área temática não correspondeu uma implantação de cursos regulares. O paradoxo de uma pesquisa de qualidade estar dissociada da implementação de ensino e treinamento sistemáticos é um dos traços mais salientes dos estudos da mulher/gênero no Brasil.

Surpreende que o prestígio e a legitimidade acadêmicos duramente conquistados pela área não tenham sido acompanhados por uma maior formalização das relações e por uma sólida construção institucional. Os estudos da mulher/gênero não constituem formalmente uma área de ensino e pesquisa.

Esta área, sem sinais externos de identidade e de contornos fluidos, é constituída por um tema, pelo interesse por uma problemática compartilhada por uma comunidade de pesquisadores (em sua maioria mulheres mas não necessariamente feministas) que, embora não estejam ligados por laços formais, têm interesses, objetivos e projetos em comum, entretêm laços de solidariedade e apoio, constituindo uma rede informal.

A fluidez dos contornos da área, que dificulta qualquer tentativa de avaliação sistemática, é em grande parte resultante da rejeição - prevalecte entre os especialistas - da inclinação separatista, que fornece a demarcação de um território próprio para o estudo das mulheres, em favor da busca de uma transversalidade, da afirmação da onipresença nos diferentes campos disciplinares das hierarquias sociais baseadas no sexo.

O Brasil é um exemplo bem-sucedido da duração de uma estratégia da corda bamba, da tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio entre vantagens, como aglutinação e potencialização de esforços, captação de recursos, e desvantagens, como segregação da institucionalização através da busca de uma formalização mínima, de uma institucionalização *soft* que possa oferecer uma base para as investidas contra as cidadelas do conhecimento tradicional. Uma estratégia que tem privilegiado a abertura e a flexibilidade para aproveitar brechas e conquistar espaços para as questões de gênero.

Um olhar retrospectivo permitirá entender melhor as feições assumidas pelos estudos da mulher/gênero no Brasil e os desafios que enfrentam na virada do século. Razões para compreender por que os estudos da mulher se consolidaram preferencialmente como uma área de pesquisa podem ser encontradas no contexto social mais amplo em que emergiram.

Na década de 70, o Brasil vive um acelerado processo de mudanças sociais dentro de uma conjuntura política de regime autoritário. Essas transformações irão afetar profundamente o estatuto social das mulheres e modificar significativamente a estrutura universitária. Migração, urbanização, aumento da participação nos setores modernos da economia, maiores níveis de escolarização, difusão dos meios de comunicação de massa, queda na taxa de fecundidade alteram radicalmente as relações tradicionais entre sexos, criando interrogações e novas demandas.

Há uma forte expansão do sistema educacional em nível superior, e o contingente de estudantes do sexo feminino iguala o do masculino; as mulheres recuperam um histórico déficit educacional mas concentram-se preferencialmente em determinadas carreiras, como as de humanidades, mantendo a segregação. O aumento do nível de educação para mulheres leva um bom número delas a mobilizações feministas, assim como as qualifica para a produção acadêmica nas ciências humanas, nicho preferencial onde vieram se inserir os estudos da mulher.

Os anos 70 são uma fase de expansão e fortalecimento das ciências sociais no Brasil. Com a reforma universitária, altera-se o marco mandarínico burocrático para uma estrutura mais permeável e flexível, ampliam-se os cursos de pós-graduação, revigoram-se os organismos governamentais de fomento à produção científica onde, finalmente, as ciências sociais logram obter financiamentos. Este conjunto de reformas fornece um estímulo preferencial à pesquisa¹, em detrimento do ensino.

¹ AGUIAR, Neuma. Programas de Estudo e Cursos sobre Mulheres - o caso brasileiro. Rio de Janeiro, s. ed., 1981.

Não é de surpreender que inovações temáticas como os estudos da mulher surjam pela via da pesquisa, aproveitando as frestas de autonomia oferecidas pelo sistema.

Por outro lado, como alvo do regime repressivo, a universidade esteve sujeita a rigoroso controle e a sucessivos expurgos que atingiram notadamente a área de ciências sociais. Esse processo resultou na criação de centros de pesquisa privados e independentes, que lograram obter apoio de agências internacionais e passaram a ser o pólo dinâmico de inovação das ciências sociais. Estes espaços novos, dedicados exclusivamente à pesquisa, acolheram com menos dificuldade o emergente interesse pelo tema mulher.

Antes de 1970, a pesquisa sobre mulher encontra-se numa espécie de limbo. Os raros estudos existentes se encaixam nas óticas tradicionais das disciplinas e não têm ressonância; destacam-se isolados na ousadia de abordar um tema menor. Repetem no Brasil a tendência latino-americana apontada por Navarro² e Bonder³. Neste período a maioria dos projetos de pesquisa sobre mulher esteve concentrada nos temas de maior legitimidade das ciências sociais - Trabalho, População, Desenvolvimento - conformando-se aos paradigmas então predominantes: teoria da dependência, versão latino-americana do marxismo e teoria da modernização.

No Brasil, a emergência de uma problemática relativa à mulher foi influenciada não só pela existência de um movimento de liberação das mulheres nos países centrais, espécie de parâmetro simbólico e longínquo, mas também, e sobretudo, por um ativo movimento local de mulheres. Os últimos anos da década registraram uma considerável e ruidosa mobilização por parte das mulheres de diferentes segmentos sociais, atuando em vários tipos de organização que, de diferentes maneiras, visavam contribuir para modificar o sistema de acesso a recursos e as relações de poder entre os sexos.

No entanto, o contexto de milagre econômico, iniquidade social e ausência de liberdades públicas dá origem a um peculiar feminismo, "bom para o Brasil", segundo Goldberg⁴, voltado prioritariamente para a reivindicação de direitos sociais.

Nestes anos, as prioridades da militância irão orientar significativamente a pesquisa, que valoriza diagnósticos sobre a precariedade das condições de vida das mulheres pobres, privilegiando por um lado a explicação da subordinação feminina por determinações infra-estruturais e, por outro, adquirindo uma forte conotação missionária. A vocação para a intervenção social que marcou originariamente a área levou a que não se manifestasse uma forte dissociação entre preocupações mais voltadas para

² NAVARRO, Marysa. Research on Latin American Women. *Signs* 5 (1), 1979.

³ BONDER, Gloria. Research on Women in Latin America. In: RAO, Aruna (ed.), *Women's Studies International, Nairobi and Beyond*. Nova Iorque: The Feminist Press, 1991.

⁴ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado, 1987.

políticas públicas e desenvolvimento e aquelas mais direcionadas para reflexão e estudos.

Sob o impacto da mobilização feminista, assiste-se à emergência do tema para o olhar científico. Os estudos pioneiros concentram seus esforços em dar visibilidade à mulher, em recuperar sua presença na história e, no mundo social, em apontar o androcentrismo como um vício para o conhecimento científico, em legitimar o novo campo de estudos. Nesta tarefa foram bem sucedidos.

No final da década, esta legitimidade estava conquistada graças ao empenho e à combatividade de um punhado de pesquisadoras feministas.

Em 1978 ocorrem dois eventos que viriam a ser considerados marcos no campo de estudos. Realiza-se no Rio de Janeiro o seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, organizado pela socióloga Neuma Aguiar no IUPERJ, do qual se origina um grupo de trabalho sobre a questão, que integra a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) desde sua fundação. Em São Paulo, Carmem Barroso coordena, na Fundação Carlos Chagas, o primeiro concurso de dotações de pesquisa sobre mulher brasileira, com financiamento da Fundação Ford⁵.

Esses dois eventos foram vividos como muito importantes; as pesquisadoras que deles participaram tinham a sensação de estar inaugurando uma nova fase. Retrospectivamente este sentimento revelou-se verdadeiro; hoje são considerados marcos, por terem ambos desencadeado processos que se revelaram cruciais para a afirmação do campo: a constituição de grupos de trabalho e *networks* especializados no interior de associações científicas e o importante e continuado apoio financeiro concedido pela Fundação Ford, que constituiu peça fundamental na consolidação deste campo de estudos no Brasil⁶.

Nos anos 80 a produção acadêmica sobre o tema cresce e se diversifica vertiginosamente. Em levantamento realizado na Fundação Carlos Chagas, pode-se constatar que publicações e teses aumentaram sensivelmente (Quadros 1 e 2). O Núcleo de Estudos sobre Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP) contabilizou 142 teses sobre o assunto defendidas na Universidade de São Paulo durante o período 1985-1989.

As pesquisas em torno do tema estenderam-se por todo o país, com as esperadas discrepâncias regionais (concentração no Rio de Janeiro e São Paulo) que caracterizam a produção científica brasileira.

⁵ Ilustrando o interesse que despertou, nada menos que 127 projetos disputaram financiamento.

⁶ A Fundação Ford patrocinou ao longo destes 15 anos seis rodadas do concurso que financiaram 135 pesquisas de um total de 650 candidatos, abordando múltiplos temas relativos à condição da mulher, com diferentes orientações teóricas e abordagens metodológicas e cujos resultados estão publicados em seis coletâneas, na realização de filmes e vídeos. A Ford apoiou ainda vários seminários, dos quais três importantes avaliações dos progressos feitos na área, um jornal, uma revista acadêmica e inúmeras atividades e iniciativas de núcleos e centros.

Há um processo de abertura do leque temático dos estudos da mulher, onde o primado do trabalho vai dando lugar a uma grande diversificação, abrangendo questões relativas ao corpo, à sexualidade, aos movimentos sociais, ao cotidiano e às mentalidades. Ocorre também um processo de expansão da base disciplinar, que deixa de se concentrar na Sociologia e na Demografia para englobar também Antropologia, História, Literatura, Psicologia, Psicanálise, Direito, Saúde, Política, Geografia, Educação, Comunicação, Artes e Economia.

Manifesta-se um processo de incipiente institucionalização, que permite aliviar o peso dos ombros daquelas pesquisadoras que, isoladamente, conseguiram abrir espaço para o tema em suas instituições.

Começam a surgir nas universidades os núcleos de estudo e pesquisa sobre mulher/gênero. O processo de implantação inicia-se de modo cauteloso e ganha impulso na metade da década. Vinte núcleos estiveram presentes no I Encontro Nacional realizado em março de 1991, na Universidade de São Paulo (Quadro 3) e novos núcleos continuam a surgir.

A vontade de dispor de um espaço para o trabalho conjunto que permita superar a dispersão preexistente é o traço comum na formação de núcleos. Estes centros têm assumido feições muito díspares, de acordo com as universidades que os abrigam, mas em sua maioria se caracterizam por um funcionamento intermitente e por uma fragilidade estrutural, em razão da insuficiência crônica de recursos na universidade.

O ensino expandiu-se a um ritmo bem mais lento que a pesquisa. Por razões históricas, os estudos da mulher começaram a se implantar de cima para baixo. A maioria dos cursos tem sido oferecida no nível de pós-graduação, onde existe grande flexibilidade curricular, ou então na graduação, como créditos optativos. Não existem cursos regulares sobre gênero ou mulher, mas a universidade brasileira não tem a tradição de inserir no currículo cursos temáticos. A oferta de cursos está na dependência da iniciativa dos professores e entre eles não existe a possibilidade de dedicação exclusiva à questão.

Esta característica irregular e sazonal dos cursos torna muito precária uma avaliação tanto de sua difusão como das características de sua implementação. É razoável supor que sua frequência, assim como o seu grau de especialização, tenha aumentado. Os títulos dos cursos evoluíram de um alto grau de generalidade como A Mulher na Literatura para uma maior especificidade, por exemplo, Sexualidade e Reprodução em Romances de Ficção Científica Escritos por Mulheres.

Em 1993 foi aberto o primeiro programa de doutorado sobre gênero e família no Brasil, por iniciativa de professoras que haviam se congregado no PAGU, centro de estudos de gênero da Universidade de Campinas, uma das mais prestigiosas do país.

A relação entre cursos e núcleos não é linear. Em princípio, os núcleos das universidades brasileiras não oferecem cursos regulares, embora o crescimento dos núcleos de estudos da mulher/gênero seja um indicador de maior

probabilidade de existência de cursos, na medida em que corresponde a um incremento de professores qualificados. Em contrapartida, nem todos os especialistas em gênero participam do núcleo de sua faculdade.

Os núcleos têm respondido de forma muito diversificada a sua função tríplice de ensino, pesquisa e extensão. Têm privilegiado a captação de recursos para a pesquisa e as atividades de sensibilização e defesa dos direitos da mulher junto à comunidade, através da organização de atividades extracurriculares, ciclos de conferências, filmes etc. ou, ainda, por sua atuação como agência de consultoria junto a órgãos governamentais para programas de combate à pobreza, geração de renda, ou junto a movimentos populares e organizações sindicais; alguns fornecem atendimento direto, como consultas psicológicas para vítimas de violência.

Diversos núcleos têm como objetivo principal oferecer um espaço para discussão de pesquisas em andamento e têm funcionado como um apoio complementar aos cursos de pós-graduação, oferecendo importante contribuição na formação e treinamento de pesquisadores.

A existência dos núcleos tem favorecido uma salutar circulação de idéias e professores entre diferentes universidades. Exemplo da relação de intercâmbio e apoio mútuo é a recente criação, em 1992, da rede de núcleos universitários de pesquisa de mulher/gênero nas regiões Norte e Nordeste (REDOR). No entanto, é preciso atentar que o conjunto formado por estes núcleos universitários não dá conta da extensão e complexidade da comunidade dos estudiosos da temática, que engloba ainda centros privados de pesquisa e organizações não-governamentais criadas por profissionais feministas, para fornecer subsídios à formulação de políticas públicas e prestar assessoria a movimentos populares em luta por seus direitos.

No final da década as principais associações de cientistas do país - ANPOCS (Ciências Sociais), ABA (Antropologia), ANPUH (História), ABEP (Estudos Populacionais), ANPOLL (Letras e Lingüística), ABRALIC (Literatura Comparada), ABET (trabalho), ABRAPSO (Psicologia Social), ANPED (Educação) -, contavam com grupos de trabalho especializados na temática. Esses grupos de trabalho ostentam características muito diferenciadas quanto à estabilidade e funções, que vão desde organizar reuniões anuais até manter um intercâmbio regular e publicações periódicas.

No entanto, uma contribuição fundamental para a consolidação da área deve ser creditada a estes grupos de trabalho. Eles têm ao mesmo tempo oferecido espaço para um aprofundamento do debate especializado, assegurado o caráter interdisciplinar da área, na medida em que o contato e a circulação entre grupos de diferentes associações têm sido intensos e contribuído para a superação de conflitos localizados, em razão de seu caráter nacional. Esses grupos de trabalho têm-se configurado como principais responsáveis pela introdução do conceito de gênero na corrente principal das ciências humanas e como grandes impulsionadores de uma renovação teórica dos estudos de gênero. As pesquisadoras destes grupos,

em razão de sua posição híbrida, de dupla fidelidade que facilita seu trânsito em dois espaços, têm-se constituído no elo privilegiado do diálogo entre ciências sociais e estudos da mulher.

A intensa circulação de especialistas por diferentes espaços de atuação - academia, administração pública, ONGs e representação política - tem sido apontada como a principal razão dos sucessos alcançados pelos estudos de mulher/gênero no Brasil.

O avanço dos estudos da mulher no início da década de 80 foi mais quantitativo do que qualitativo. Respondendo a interpelações prementes de ordem ideológica, resultou numa produção com grande poder de convencimento e moderado nível de abstração. A ênfase inicial na especificidade da experiência feminina empurrou a área para um relativo isolamento. A partir de uma reavaliação crítica, a comunidade de pesquisadores tem procurado responder aos desafios do aprofundamento teórico e do diálogo com as disciplinas, tendo obtido um reconhecido sucesso quanto à integração e quanto ao refinamento conceitual.

Nos anos 90, aparentemente consolidada, a área ainda tem pés de barro, combinando disparidades extremas, tal como o país. É reconhecida como produtora de conhecimento de ponta e de inovação teórico-metodológica, embora tenha necessidades básicas de infraestrutura ainda por satisfazer. Continua altamente dependente de financiamentos externos.

Um questionamento feito sistematicamente aponta o fato de a área congregar quase exclusivamente mulheres, mas elas gradativamente vêm se tornando a maioria dos cientistas sociais do país.

Os principais temas que desafiam os estudos de gênero brasileiros são as relações entre gênero e raça num país de maioria não-branca, a questão das diferenças entre mulheres e o sempre presente dilema da igualdade e da diferença.

A abertura, a flexibilidade, a institucionalização mínima têm constituído o ponto forte de uma estratégia de estar em toda a parte, mas pode também ser seu ponto fraco: não estar em parte alguma. Corre o risco da diluição, e até o de desaparecimento, pela falta de emblemas de distinção num país de forte tradição corporativa.

Quadro 1 - Dissertações e teses sobre mulher

Período	Mestrado	Doutorado
Antes de 1970	2	2
1970-74	17	8
1975-79	54	5
1980-84*	61	20

Fonte: COSTA, Albertina, BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil; do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa* (54) 5-15, 1985.

* 1984: até junho.

Quadro 2 - Artigos, comunicações, livros e teses sobre mulher

Período	Número*	Média Anual
1976-1980	452	90
1981-1984**	722	206

Fonte: COSTA et alii, op. cit .

* Contagem corrigida por estimativa, para desconto das co-autorias.

** Até junho 1984.

**Quadro 3 - Núcleos universitários de estudos sobre relações de gênero
ano de fundação**

1980	Núcleo de Estudos sobre a Mulher (PUC/RJ)
1981	Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM/UFC)
1983	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBa)
1984	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (NÚCLEO MULHER/UFRGS) Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG) Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero (NEG/UFSC)
1985	Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP)
1986	Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC/UFRJ) Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM/UnB) Núcleo de Assistência ao Auto-cuidado da Mulher (NAAM/USP)
1987	GT Sexo e Relações de Gênero/Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR/UFPB)
1988	Grupo de Estudos de História da Educação da Mulher (GEHEM/FAE/UFMG)
1989	Núcleo Temático Mulher e Cidadania (NTMC/UFAL) Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPAM/UFRN)
1990	Gênero e Sociedade (IUPERJ) Núcleo de Estudos, Pesquisa e Assistência à Saúde da Mulher (EPM) Pagu Centro de Estudos do Gênero (PAGU) (UNICAMP) Núcleo de Estudos sobre Gênero Afetividade (NEGA/UFMG) Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS) Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina (NETMAL/IMS)
